



# GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM - GG Nº 035/96

João Pessoa, 16 de outubro de 1996

Encaminho a Vossa Excelência, para deliberação do Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei**, que visa autorizar o Poder Executivo a realizar, com o **Banco do Brasil S/A**, operação de crédito destinada ao reescalonamento de débito do Estado, junto àquela Instituição.

- 2. Referida dívida é originária de empréstimos por antecipação de receita orçamentária ARO, realizados em 1988 e repactuados em 30/12/94 e 18/12/95, quando ficou acertada a amortização por prazo de 6 anos, com término no ano 2000, à taxa de encargos com base na variação da TR + 8% ao ano.
- 3. Ocorre que a partir de novembro/96 a prestação do citado débito passará dos R\$ 373.000,00 atuais para aproximadamente R\$ 1.120.000,00 mais acessórios, considerada insuportável pelo Tesouro do Estado, tendo em vista o elevado nível de comprometimento mensal, já existente em relação aos encargos do endividamento global.
- 4. Face à situação ora configurada, formulei nova proposta de renegociação ao **Banco do Brasil**, compatível com a capacidade financeira do Estado, mediante o alongamento do prazo de amortização, de modo a manter a prestação no nível atual, bem como a mesma taxa de encargos.

dy

Excelentíssimo Senhor
Deputado CARLOS MARQUES DUNGA
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
N e s t a.



## GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

5. Os entendimentos preliminares com a administração do Banco do Brasil induziram a formulação de uma proposta de renegociação, nas seguintes e principais condições, mais favoráveis para o Estado:

VALOR DO SALDO: R\$ 56.684.231,24 (posição de 30/09/96);

PRAZO: até 12 (doze) anos, a partir de nov/96;

• ENC. FINANCEIROS: idênticos aos do último instrumento contratual

(TR + 8%a.a.);

mantida a atualmente existente (FPE/ICMS); GARANTIA:

 FORMA DE PAGA- Em prestações mensais e consecutivas, no MENTO: mesmo nível da amortização (R\$ 373.000.00).

5. Na certeza de que o Projeto de Lei, pela importância que se reveste, ao contribuir para diminuição dos pesados encargos financeiros do Estado, merecerá a costumeira acolhida e o apoio dos ilustres membros desta Casa Legislativa e atendendo, ainda, à necessidade de se concretizar, o mais rápido possível, processo de reescalonamento supramencionada, solicito que sua tramitação se faça em caráter de urgência, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 64, da Constituição Estadual.

Reitero a Vossa Excelência e aos ilustres pares protestos de alta consideração e apreço.

Respeitosamente

GOVERNADOR



### ESTADO DA PARAÍBA GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI nº 568/8 21 de OUTUBRO de 1996



AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REESCALONAR DÍVIDA DO **ESTADO** JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a contratar com o Banco do Brasil S.A. operação de crédito, destinada à consolidação e reescalonamento de dívida do Estado junto à referida instituição financeira.

Parágrafo Único - A autorização conferida por esta Lei inclui poderes para o Poder Executivo estipular prazo e formas de pagamento, mais favoráveis para o Estado.

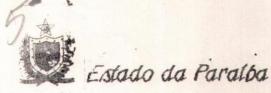
- Art 2º A operação de que trata esta Lei será garantida por quotas do FPE - Fundo de Participação dos Estados e/ou ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, no montante necessário à cobertura do principal e respectivos encargos, durante o prazo do reescalonamento até a sua integral liquidação.
- Art. 3º Os orçamentos anuais do Estado consignarão as dotações necessárias ao atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GOVERNADOR

cretário

PLei1010.doc



empréstimo naturalmente tem que apresentar garantias de liquidez objetivando o convencimento da lisura e bons propositos em honrar os compromissos assumidos, para tento, o Estado oferecerá através da presente, se aprovada Lei, quotas do FPE- Fundo de Participação dos Estado ou ICMS-Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, no montante necessário à Cobertura do principal e respectivos encargos, pois a referida autorização deste Poder Legislativo inclui poderes para o Poder Executivo estipular prazo e formas de pagamento, mais favoráveis opara o Estado.

Diante do exposto, e, considerando ainda a real neces sidade da rolagem de dívida visto às dificuldades efrentadas e existentes para o nosso Estado honrar os seus compromissos como bem explicitou sua Excia, em sua mensagem, esta relatoria se manifesta inteiramente favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 568/96, relevante, oportuno e atende ao lídimo interese administrativo do Estado.

É O VOTO.

RELATOR

111-

PARECER DA COMISSÃO;

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Or çamentária, reunida na sua totalidade, decidiu por unamimidade dos seus membros adotar a mesma opinião do relator que se manifestou pela legalidade, oportunidade do Projeto de Lei 568/96, e, recomendando pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 1996

TRCIZO TELINO

PRESIDENTE

RELATOR

DEP. JOSÉ LUIZ JUNIO

MEMBRO

DEP FERNANDO MELO

DEP. FINOISCA MOTTA

DEPZ ARIANO FERNA

Emple.

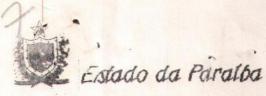


# Estado da Paraíba Assembléia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa



	as Fis. 368 Sob No 56856
	rublicado no Diário do pode
	Legislativo do Dia /_/_
	19 10
	19 SECHETÁRIO
Rei Em_	netido à Secretária Legislativa
(	Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relatoros Deputado Deputado Propins 1986



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 568/96

Autoriza o Poeder Executivo a Reescalonar Dívida do Estado junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

AUTOR : O GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR: O DEPUTADO ZENÓBIO TOSCANO

## PARECER:

## 1 - RELATÓRIO:

O Governador do Estado enviou Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, consubstanciada no Projeto de Lei nº 568/96, dispondo sobre a rolagem da dívida existente com o Banco do Brasil S.A., e para tal, de acordo com a legislação pertinente, solicita autorização deste Boder, objetivando assim, proporcionar melhores condições ao Governo do Estado, com o pedido de reescalonamento em referência, honrar o seu compromisso com aquela instituição financeira.

É O RELATÓRIO.

Chega para análise e emissão de parecer técnica des ta relatoria o Projeto de Lei nº 568/96, oriundo de Mensagem Gover namental de nº 035/96, no qual o Exmo. Sr. G oevernador do Estado' solicita autorização desta Casa Legislativa, para Reescalonar Dívida do Estado Junto ao Banco do Brasil S.A., apresentando como garantia para a realização desta operação por quotas do FPE - Fundo' de aParticipação dos Estados e/ou ICMS, no montante necessário à cobertura do principal e respectivos encargos, durante o novo prazo de pagamento até a sua integral liquidação.

Assim sendo, esta relatoria acolhe pacificamente as razões apresentadas na Mensagem Governamental, como também, opina'

- 2 -

favoravelmente pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade formal da matéria vez que a mesma está perfeitamente concorde com a legislação pertinente e não contraria o interesse público, motivos que levam esta relatoria recomendar pela sua aprovação, nos moldes como foi redigido. Salvo melhor Juizo,

E O VOTO?

DEP. ZENÓBIO TOSCANO RELATOR

111 - PARECER DA COMISSÃO.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reu nida na sua totalidade, decidiu por unanimidade acatar o voto do senhor relator dep. Zenóbio Toscano, opinando pela constitucionalidade do Projeto de 568/96, e pela sua consequente aprovação, na sua forma original.

Sala da Comissão, 29 de outubre de 1996 GERVASIO DEP. ZENÓBIO TOSCANO MATA PRESIDENTE RELATOR DEP. ANTONIO IVO DEP. PADRE ADELINO MEMBRO MEMBRO DEP. TARCIZO TELIN DEP. AERCIO PEREIRA MEMBRO MEMBRO DEP. VANI BRAGA

EFS.

Voto Contrário

MEMBRO

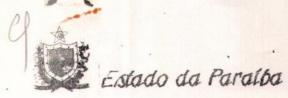
Ao Parecer do Relator

A provade o Parecer sa

Em. 261 1 1 76

24 1 5

DEPUTADO



COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÂRIA.

PROJETO DE LEI № 568/96

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REESCALONAR A DIVIDA DO ESTADO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S. A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : O GOVERNADOR DO ESTADO

RELATOR : O DEPUTADO

#### PARECER:

#### 1 - RELATÓRIO:

O Governdor do Estado enviou Mensagem à Assembléia Legislativa, consubstanciada no Projeto de Lei nº 568/96, pretendendo através do mesmo, com a competente e prévia autorização desta Casa Legislativa, realizar o reescalonamento da dívida do Estado, junto ao Bânco do Brasil S.A., e, em cumprimento a dispositivo legal e regimental, esta Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução 'Orçamentária emitirá parecer sobre a viabilidade, oportunidade ou 'não da matéria ora em questão.

É O RELATÓRIO

11 - VOTO DO RELATOR:

Vem para esta relatoria emitir seu voto e opinião através de parecer escrito, o Projeto de Lei em epígrafe, de inicia tiva do Exmo. Sr. Governador do Estado, através doa qual pretende o chefe do Governo estadual reescalonar a Dívida do Estado junto ao Banco do Brasil, compreendendo o referido reescalonamento em dilatação de prazo e redução do custo desta dívida conforme proposta apresentada pelo próprio Banco do Brasil, donde se pode constatar no bojo da presente Mensagem Governamental. Vale salientar tambem, de

como é de praxe em todas as operações financeiras, o tomador

10



# Estado da Paraíba Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

Oficio no 1918

João Pessoa, em 28 de novembro de 1996.

### Senhor Governador,

Encaminha a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei Nº 568/96, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a Reescalonar Dívida do Estado junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

Atenciosamente,

PMesidente

AO Excelentíssimo Senhor JOSÉ TARGINO MARANHÃO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA PALÁCIO DA REDENÇÃO N E S T A /



## Estado da Paraíba Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 172 PROJETO DE LEI Nº 568/96

> Autoriza o Poder Executivo a Reescalonar Dívida do Estado junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executvio Estadual autorizado a contratar com o Banco do Brasil S.A. operação de crédito, destinada à consolidação e reescalonamento de dívida do Estado junto à referida instituição financeira.

Parágrafo Único - A autorização conferida por esta Lei in clui poderes para o Poder Executivo estipular prazo e formas de pagamento, mais favoráveis para o Estado.

Art. 29 - A operação de que trata esta Lei será garantida por quotas do FPE - Fundo de Participação do Estados e/ou ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, no montante necessário à cobertura do principal e respectivos encargos, durante o prazo do rees calonamento até a sua integral liquidação.

Art. 39 - Os orçamentos anuais do Estado consignarão as dotações necessárias ao atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativo do Estado da Paraíba, João Pessoa, em 28 de Novembro de 1996.

CARLOS DUNGA Presidente 12

568



Publicado Diário Oficial DESTA DATA

EM, 03/10/96
GABINETE CIVIINDO GOXERNADOR

LEI N.º 6.376

, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1996

Autoriza o Poder Executivo a Reescalonar Dívida do Estado junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a contratar com o Banco do Brasil S.A., operação de crédito, destinada à consolidação e reescalonamento de dívida do Estado junto à referida instituição financeira.

Parágrafo Único - A autorização conferida por esta Lei inclui poderes para o Poder Executivo estipular prazo e formas de pagamento, mais favoráveis para o Estado.

- Art. 2º A operação de que trata esta Lei será garantida por quotas do FPE Fundo de Participação dos Estados e/ou ICMS Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, no montante necessário à cobertura do principal e respectivos encargos, durante o prazo do reescalonamento até a sua integral liquidação.
- Art. 3º Os orçamentos anuais do Estado consignarão as dotações necessárias ao atendimento das despesas decorrentes da presente Lei.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 02 de dezembro de 1996; 108º do Proclamação da República.

JØSÉ TARGINO MARANHÃO